

## POLÍTICA FISCAL

# Panorama fiscal: evolução recente e perspectivas

## Sumário

O resultado primário do governo central em 2023 tem apresentado tendência de queda, em relação a 2022, devido à combinação de queda real da arrecadação e crescimento da despesa. No acumulado no primeiro semestre do ano, o déficit primário foi estimado em R\$ 41,3 bilhões a preços de junho, ante o superávit de R\$ 59 bilhões no mesmo período de 2022. Nesse contexto, os dados apontam para um déficit primário em 2023, em contraste com o superávit primário observado em 2022. De acordo com o *Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias* do terceiro bimestre de 2023, divulgado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, a receita líquida de transferências por repartição de receitas deve terminar o ano em R\$ 1.909,3 bilhões e a despesa deve ficar em R\$ 2.054,6 bilhões, projetando um déficit primário de R\$ 145,4 bilhões.

Um importante determinante da deterioração recente do resultado primário tem sido o desempenho da arrecadação. Depois de atingir, em setembro de 2022, o patamar de 23,7% do produto interno bruto (PIB) no acumulado em doze meses, o montante arrecadado passou a apresentar tendência de queda, chegando a 22,3% do PIB em junho de 2023. Neste ano, a queda ocorre especialmente devido à dinâmica de receitas não administradas pela Receita Federal associadas a concessões e permissões, dividendos e participações e exploração de recursos naturais.

Pelo lado dos gastos, observa-se que, no acumulado de 2023, as despesas totais do governo central tiveram um crescimento real de R\$ 47,5 bilhões (5,1%) em comparação com igual período de 2022. Esse crescimento se deveu, em grande parte, ao crescimento das dotações orçamentárias viabilizado pela Emenda Constitucional (EC) nº 126 – que, entre outras medidas, aumentou o teto de gastos da União em R\$ 145 bilhões em 2023 e definiu novas categorias de despesas não sujeitas ao teto. A mudança no teto de gastos trazida pela referida EC permitiu, em particular, o reajuste do Bolsa Família e a expansão das despesas discricionárias com saúde, educação, transporte e assistência social.

Nesse contexto, as expectativas de mercado indicam, para o triênio 2023-2025, resultados primários do governo central deficitários, mas melhorando gradualmente ao longo do tempo. No final de junho, o boletim *Focus* apresentava expectativa de déficit primário de 1% do PIB em 2023, 0,8% do PIB em 2024 e 0,5% do PIB em 2025. No que se refere à dívida pública, o mercado espera elevação da razão dívida bruta do governo geral (DBGG)/PIB nos próximos anos. O *Prisma Fiscal* de junho indicava que a DBGG deveria atingir 76,7% do PIB em 2023, 79,8% em 2024 e 82,5% em 2025.

### Marco A.F.H. Cavalcanti

Coordenador de Modelos e Projeções Econômicas na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

[marco.cavalcanti@ipea.gov.br](mailto:marco.cavalcanti@ipea.gov.br)

### Felipe dos Santos Martins

Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea

[felipe.martins@ipea.gov.br](mailto:felipe.martins@ipea.gov.br)

### Sergio Fonseca Ferreira

Analista de Planejamento e Orçamento na Dimac/Ipea

[sergio.ferreira@ipea.gov.br](mailto:sergio.ferreira@ipea.gov.br)

### Wellington Charles Lacerda Nobrega

Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea

[wellington.nobrega@ipea.gov.br](mailto:wellington.nobrega@ipea.gov.br)

Divulgado em 02 de agosto de 2023.

## 1 Resultado primário do governo central

O resultado primário do governo central em 2023 vem apresentando tendência de queda em relação a 2022. Em junho, houve um déficit primário de R\$ 45,2 bilhões, com a receita líquida do governo central estimada em R\$ 145,3 bilhões – decréscimo em termos reais de 26,1%, comparativamente a junho de 2022 –, e a despesa atingiu R\$ 190,6 bilhões – acréscimo de 4,9% na mesma base de comparação. No acumulado no primeiro semestre do ano, o déficit primário está em R\$ 41,3 bilhões, a preços de junho, ante o superávit de R\$ 59 bilhões no mesmo período de 2022 (tabela 1).

TABELA 1

**Governo central: resultado primário de junho/2023 a preços constantes**

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Junho (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)
	jun./2022	jun./2023		2022	2023		Até jun./2022	Até jun./2023	
<b>1-Receita Total</b>	<b>231.352</b>	<b>180.069</b>	<b>-22,2</b>	<b>1.230.067</b>	<b>1.167.526</b>	<b>-5,1</b>	<b>2.378.839</b>	<b>2.357.253</b>	<b>-0,9</b>
1.1 - Receita Administrada pela RFB	117.603	111.855	-4,9	747.471	737.705	-1,3	1.440.074	1.445.501	0,4
1.2 - Incentivos Fiscais	-55	-	-	-55	-	-	-195	-4	-97,9
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	42.384	45.933	8,4	260.947	277.350	6,3	546.789	576.106	5,4
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	71.420	22.281	-68,8	221.704	152.471	-31,2	392.171	335.650	-14,4
<b>2. Transf. Por Repartição de Receita</b>	<b>34.630</b>	<b>34.734</b>	<b>0,3</b>	<b>239.447</b>	<b>229.695</b>	<b>-4,1</b>	<b>445.561</b>	<b>468.322</b>	<b>-5,1</b>
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>196.723</b>	<b>145.334</b>	<b>-26,1</b>	<b>990.622</b>	<b>937.832</b>	<b>-5,3</b>	<b>1.933.278</b>	<b>1.888.930</b>	<b>-2,3</b>
<b>4. Despesa Total</b>	<b>181.675</b>	<b>190.557</b>	<b>4,9</b>	<b>931.603</b>	<b>979.091</b>	<b>5,1</b>	<b>1.855.037</b>	<b>1.930.470</b>	<b>4,1</b>
4.1 Benefícios Previdenciários	86.067	97.633	13,4	436.947	443.187	1,4	823.190	838.984	1,9
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.158	27.021	3,3	162.884	164.515	1,0	354.034	354.869	0,2
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	26.489	23.620	-10,8	153.053	151.058	-1,3	319.897	307.569	-3,9
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	42.961	42.283	-1,6	178.719	220.331	23,3	357.916	429.048	19,9
<b>5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)</b>	<b>15.049</b>	<b>-45.223</b>	<b>-</b>	<b>59.018</b>	<b>-41.258</b>	<b>-</b>	<b>78.242</b>	<b>-41.540</b>	<b>-</b>

Fonte: Resultado do Tesouro Nacional (RTN).

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).

Obs.: RFB – Receita Federal do Brasil; e RGPS – Regime Geral de Previdência Social.

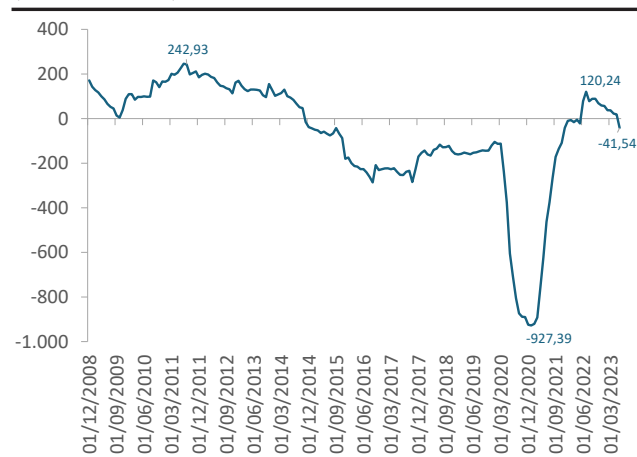
A tendência de queda no resultado primário do governo central, observada desde meados de 2022, sucedeu a forte recuperação registrada entre o início de 2021, quando as contas públicas federais atingiram um déficit primário de R\$ 927,4 bilhões, no acumulado em doze meses – consequência dos gastos extraordinários e da queda de arrecadação originados pela pandemia de covid-19 –, e julho de 2022, quando o resultado primário atingiu o saldo positivo de R\$ 120,2 bilhões – impulsionado pela combinação de forte crescimento real da receita e pelo retorno da despesa a patamares próximos ao observado antes da pandemia (gráfico 1).

Um importante determinante da deterioração recente do resultado primário tem sido o desempenho da arrecadação. Depois de atingir, em setembro de 2022, o patamar de 23,7% do PIB no acumulado em doze meses, o montante arrecadado passou a apresentar tendência de queda, chegando a 22,3% do PIB em junho de 2023 (gráfico 2). Esse comportamento ocorreu tanto nas receitas administradas, que passaram de 14,2% para 13,7% do PIB, quanto nas receitas não administradas, que caíram de 4,2% para 3,2% do PIB no período.

Em 2023, no acumulado até junho, conforme mostra a tabela 2, as receitas apresentaram um decréscimo real, quando comparadas ao mesmo período do ano passado, de R\$ 62,5 bilhões (-5,1%), com as receitas administradas caindo R\$ 9,8 bilhões (-1,3%) e as não administradas, R\$ 69,2 bilhões (-31,2%), ao passo que a arrecadação líquida para o RGPS apresentou um crescimento de R\$ 16,4 bilhões (6,3%). A queda das receitas administradas no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período de 2022, ocorreu de forma generalizada em todas as aberturas, com exceção do Imposto de Renda (IR) – crescimento de R\$ 7,9 bilhões (2,2%) –, do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – aumento de R\$ 120 milhões (0,4%) – e de outras receitas administradas pela RFB – aumento de R\$ 5 bilhões (36,6%) –, que foram insuficientes para compensar

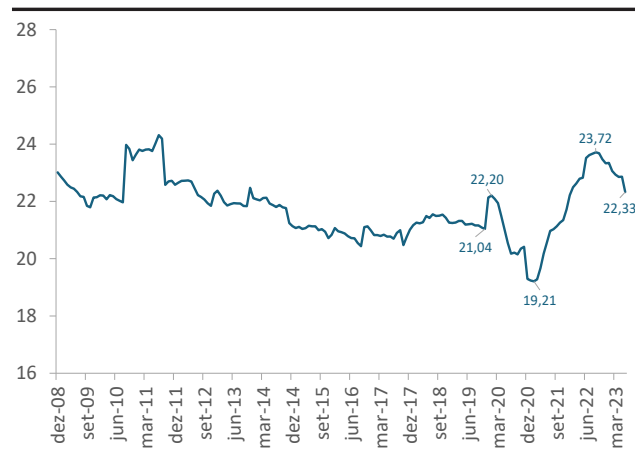
a queda de arrecadação de R\$ 22,9 bilhões nos demais itens da receita administrada. Nas receitas não administradas, os destaques foram as receitas de concessões e permissões, de dividendos e participações e de exploração de recursos naturais, que apresentaram queda no acumulado do ano de R\$ 65,7 bilhões (-41,7%), em valores reais na mesma base de comparação.

**GRÁFICO 1**  
**Resultado primário acumulado em doze meses – preços constantes de jun./2023**  
 (Em R\$ bilhões)



Fonte: STN.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 2**  
**Receita total: valores acumulados em doze meses**  
 (Em % do PIB)



Fonte: STN.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

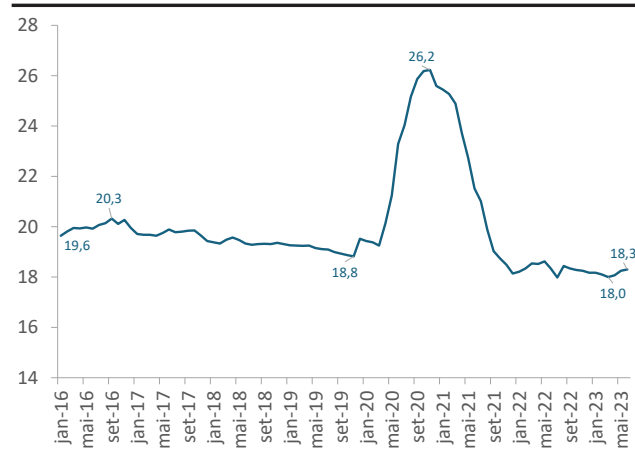
**TABELA 2**  
**Principais componentes da receita do governo central em jun./2023 a preços constantes**

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-junho (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)
	jun./2022	jun./2023		2022	2023		Até jun./2022	Até jun./2023	
<b>1-Receita Total</b>	<b>231.352</b>	<b>180.069</b>	<b>-22,2</b>	<b>1.230.067</b>	<b>1.167.526</b>	<b>-5,1</b>	<b>2.378.839</b>	<b>2.357.253</b>	<b>-0,9</b>
<b>1.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>117.603</b>	<b>111.855</b>	<b>-4,9</b>	<b>747.471</b>	<b>737.705</b>	<b>-1,3</b>	<b>1.440.074</b>	<b>1.445.501</b>	<b>0,4</b>
1.1.01 Imposto de Importação	4.426	4.347	-1,8	29.697	26.974	-9,2	64.631	59.090	-8,6
1.1.02 IPI	5.336	5.132	-3,8	33.291	28.003	-15,9	73.947	57.451	-22,3
1.1.03 Imposto de Renda	60.311	51.659	-14,3	364.555	372.502	2,2	654.749	706.367	7,9
1.1.04 IOF	4.879	5.004	2,6	29.979	30.099	0,4	61.922	61.897	-0,0
1.1.05 Cofins	22.285	25.575	14,8	140.036	137.043	-2,1	305.371	286.483	-6,2
1.1.06 PIS/Pasep	6.848	7.062	3,1	42.352	40.394	-4,6	87.287	81.754	-6,3
1.1.07 CSLL	11.447	8.948	-21,8	92.213	84.070	-8,8	157.078	158.325	0,8
1.1.09 CIDE Combustíveis	231	3	-98,7	1.591	-167	-110,5	3.039	3	-99,9
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	1.840	4.125	124,2	13.757	18.787	36,6	32.050	34.131	6,5
<b>1.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-55</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-55</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-195</b>	<b>-4</b>	<b>-97,9</b>
<b>1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>42.384</b>	<b>45.933</b>	<b>8,4</b>	<b>260.947</b>	<b>277.350</b>	<b>6,3</b>	<b>546.789</b>	<b>576.106</b>	<b>5,4</b>
<b>1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>71.420</b>	<b>22.281</b>	<b>-68,8</b>	<b>221.704</b>	<b>152.471</b>	<b>-31,2</b>	<b>392.171</b>	<b>335.650</b>	<b>-14,4</b>
1.4.1 Concessões e Permissões	27.668	1.409	-94,9	42.504	5.542	-87,0	51.335	11.888	-76,8
1.4.2 Dividendos e Participações	27.021	5.159	-80,9	46.631	31.268	-32,9	78.790	75.036	-4,8
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.364	1.413	3,6	8.350	7.854	-5,9	19.224	17.566	-8,6
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6.629	5.399	-18,6	68.628	55.215	-19,5	128.967	125.325	-2,8
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.917	2.050	6,9	10.557	10.782	2,1	20.793	22.275	7,1
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.217	2.557	15,3	13.229	14.464	9,3	27.794	29.749	7,0
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	35	90	157,1
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4.604	4.294	-6,7	31.805	27.346	-14,0	65.233	53.721	-17,6
<b>2. Transf. Por Repartição de Receita</b>	<b>34.630</b>	<b>34.734</b>	<b>0,3</b>	<b>239.447</b>	<b>229.695</b>	<b>-4,1</b>	<b>445.561</b>	<b>468.322</b>	<b>5,1</b>
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>196.723</b>	<b>145.334</b>	<b>-26,1</b>	<b>990.622</b>	<b>937.832</b>	<b>-5,3</b>	<b>1.933.278</b>	<b>1.888.930</b>	<b>-2,3</b>

Fonte: RTN/STN.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.  
 Obs.: IPI – Imposto sobre produtos industrializados; Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; PIS/Pasep – Programa de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público; CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

Pelo lado da despesa do governo central, observa-se que, com exceção do período caracterizado pelo auge da pandemia de covid-19 – que exigiu vultosos gastos extraordinários para atenuar os efeitos da crise sanitária sobre empresas e famílias –, a tendência desde o final de 2016 (implementação do teto de gastos da União) foi de gradual queda em relação ao PIB. Conforme mostra o gráfico 3, a despesa acumulada em doze meses, que representava 20,3% do PIB em setembro de 2016, passou para 18,8% em 2019 e atingiu 18,0% em março de 2023 – redução de 2,3 ponto percentual (p.p.) no período. É interessante notar que a queda dessa proporção entre 2016 e 2019 ocorreu em contexto de baixo crescimento relativo do PIB (abaixo de 2% em todos os anos). Observa-se, contudo, um início de reversão dessa tendência na margem, com a despesa aumentando para 18,3% do PIB em junho de 2023, o que ocorre em um cenário de crescimento econômico superior a 2% no acumulado em doze meses.

GRÁFICO 3  
Despesa total: valores acumulados em doze meses (Em % do PIB)



Fonte: STN.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

De fato, no acumulado de 2023, as despesas totais do governo central tiveram um crescimento real de aproximadamente R\$ 47,5 bilhões (5,1%) em comparação com o mesmo período de 2022, conforme mostra a tabela 3. Esse crescimento se deveu, em grande parte, ao crescimento das dotações orçamentárias viabilizado pela EC nº 126 – que, entre outras medidas, aumentou o teto de gastos da União em R\$ 145 bilhões em 2023 e definiu novas categorias de despesas não sujeitas ao teto. A mudança no teto de gastos trazida pela referida EC permitiu, em particular, o reajuste do Bolsa Família e a expansão das despesas discricionárias com saúde, educação, transporte e assistência social (ver box), o que determinou forte expansão das despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira (tabela 3).

TABELA 3  
Principais componentes da despesa do governo central em jun./2023 a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Junho (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jun./2023)		Taxa de variação (%)
	jun./2022	jun./2023		2022	2023		Até jun./2022	Até jun./2023	
	<b>4. Despesa Total</b>	<b>181.675</b>		<b>190.557</b>	<b>4,9</b>		<b>931.603</b>	<b>979.091</b>	
4.1 Benefícios Previdenciários	86.067	97.633	13,4	436.947	443.187	1,4	823.190	838.984	1,9
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.158	27.021	3,3	162.884	164.515	1,0	354.034	354.869	0,2
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	26.489	23.620	-10,8	153.053	151.058	-1,3	319.897	307.569	-3,9
4.3.01 Abono e Seguro Desemprego	4.060	7.984	96,7	46.189	45.240	-2,1	64.789	66.654	2,9
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.841	7.588	10,9	39.929	44.344	11,1	77.773	86.824	11,6
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.254	108	-91,4	15.052	964	-93,6	91.984	35.016	-61,9
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0	0	0	3.271	0	-100,0	6.733	0	-100,0
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	2.624	2.881	9,8	17.445	19.450	11,5	31.039	36.448	17,4
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.246	1.297	4,1	6.560	7.207	9,9	13.547	16.282	20,2
4.3.07 Lei Kandir (LCs nos 87/1996 e 102/2000) e LC nº 176 de 2020	343	332	-3,2	2.101	2.009	-4,4	4.324	4.079	-5,7
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	7.298	271	-96,3	8.633	18.000	108,5	10.115	27.376	170,6
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	2.008	1.467	-26,9	9.715	8.580	-11,7	14.795	14.952	1,1
4.3.10 Impacto Primário do FIES	243	170	-30,0	1.377	947	-31,2	-1.315	339	-125,8
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	572	1.522	166,1	2.781	4.317	55,2	6.113	19.599	220,6
<b>4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>42.961</b>	<b>42.283</b>	<b>-1,6</b>	<b>178.719</b>	<b>220.331</b>	<b>23,3</b>	<b>357.916</b>	<b>429.048</b>	<b>19,9</b>
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	18.140	26.346	45,2	113.030	157.273	39,1	198.048	273.307	38,0
4.4.2 Despesas Discricionárias	24.821	15.937	-35,8	65.689	63.058	-4,0	159.868	155.741	-2,6

Fonte: RTN/STN.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.  
Obs.: Loas – Lei Orgânica de Assistência Social; RMV – renda mensal vitalícia; PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

**BOX**

**EC nº 126/2022: impacto nas dotações orçamentárias de 2023**

A EC nº 126/2022 mudou o cálculo do teto de gastos da União para 2023, ampliando o limite de despesas em R\$ 145 bilhões e definindo novas categorias de despesas não sujeitas ao referido teto. Analisando a tabela I, o impacto da EC 126 sobre as dotações orçamentárias de 2023 pode ser inferido a partir da comparação entre as colunas do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2023 e da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2023 e é apresentado na última coluna da tabela. Observa-se que as despesas totais aumentaram de R\$ 1.871,5 bilhões para R\$ 2.037,1 bilhões (aumento de R\$ 165,7 bilhões), com destaque para o reajuste do Bolsa Família, cujas dotações orçamentárias aumentaram R\$ 70 bilhões, para a expansão das despesas obrigatórias com a função saúde, que foi de R\$ 10 bilhões, e para a ampliação das dotações orçamentárias de diversas despesas discricionárias, especialmente nas funções saúde (aumento de R\$ 16,3 bilhões), educação (aumento de R\$ 9 bilhões), transporte (aumento de R\$ 11,8 bilhões) e assistência social (aumento de R\$ 6,6 bilhões).

Cabe notar que essa ampliação das despesas discricionárias reverteu a tendência de queda real observada nos anos anteriores. A preços de 2023, o valor total executado dessas despesas havia sido de R\$ 210,7 bilhões em 2019 e caído para R\$ 158,4 bilhões em 2022; com a EC 126, as dotações orçamentárias totais dessas despesas aumentaram para R\$ 194,8 bilhões. No caso das funções educação, transporte, ciência e tecnologia e assistência social, as dotações em 2023 já superam, em termos reais, os valores executados em 2019, com destaque para as despesas com educação básica (dotação de R\$ 8 bilhões em 2023 contra R\$ 5,6 bilhões em 2019), transporte rodoviário (R\$ 14,9 bilhões em 2023 contra R\$ 8,4 bilhões em 2019) e assistência comunitária (R\$ 7,8 bilhões em 2023 contra R\$ 3,6 bilhões em 2019).

A recomposição das despesas discricionárias em 2023 atingiu também os investimentos (excluindo as emendas), que vinham em expressiva queda nos últimos anos, conforme mostram a última linha da tabela I e o gráfico I. A recomposição dos investimentos elevou o montante alocado no PLOA/2023 de R\$ 23 bilhões para R\$ 69,5 bilhões na LOA/2023 – patamar superior, em termos reais, ao observado em 2019 e próximo do valor de 2016.

**GRÁFICO 1**  
**Despesas discricionárias (investimentos): total pago em doze meses a preços constantes de jun./2023**  
 (Em R\$ bilhões)



Fonte: STN.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 1

**Execução orçamentária da despesa: preços médios de 2023**

(Em R\$ bilhões)

Execução Orçamentária Itens	2019	2020	2021	2022	2023			(b) - (a)
	Total Pago	Total Pago	Total Pago	Total Pago	PLOA (a)	LOA (b)	Dot. Atual	
1 - Transferências por repartição de receitas	369,1	327,1	404,8	479,0	467,1	467,1	467,1	0,0
2 - Despesas	1.845,7	2.414,1	1.847,4	1.885,2	1.871,5	2.037,1	2.037,7	165,7
2.01-Benefícios previdenciários	801,9	823,5	813,2	834,8	862,3	867,0	867,5	4,7
2.02-Pessoal e encargos sociais	400,0	397,0	375,4	352,6	369,3	369,4	366,6	0,1
2.03-Abono e seguro-desemprego	71,2	73,9	52,6	67,3	69,3	70,3	70,3	1,0
2.04-Benefícios de prestação continuada da LOAS/RMV	76,4	77,7	77,5	82,6	86,7	87,8	87,8	1,1
2.05-Créditos extraordinários	4,3	532,7	134,1	49,2	0,0	0,0	0,7	0,0
2.06-Sentenças judiciais e precatórios - OCC	19,8	28,4	21,7	18,4	24,7	24,7	26,2	0,0
2.07-Subsídios e subvenções	14,5	26,1	8,6	16,1	21,9	22,8	22,8	0,8
2.08-Outras despesas obrigatórias	63,8	154,4	56,1	76,3	107,1	71,3	71,3	-35,7
2.09-Obrigatórias com controle de fluxo	183,1	166,0	166,3	229,6	247,1	329,0	329,8	81,9
Benefícios a servidores públicos	17,7	16,6	15,8	15,0	15,0	15,0	15,8	0,0
Bolsa Família e Auxílio Brasil	42,3	23,6	29,5	92,3	105,7	175,7	175,7	70,0
Saúde	110,5	110,3	106,8	109,4	112,5	122,5	122,5	10,0
Educação	7,3	8,5	8,3	6,7	6,8	8,4	8,4	1,6
Demais	5,3	6,9	6,0	6,2	7,2	7,4	7,4	0,3
2.10-Discrecionárias	210,7	134,4	141,9	158,4	83,1	194,8	194,8	111,7
1. Emendas	12,9	23,8	28,7	29,4	0,0	36,5	36,5	36,5
2. Demais <sup>1</sup>	197,8	110,6	113,2	129,0	83,1	158,3	158,3	75,2
Saúde	29,3	19,1	17,5	17,6	10,1	26,5	26,5	16,3
Administração geral	1,9	1,0	0,9	0,9	0,5	1,0	1,0	0,5
Assistência hospitalar e ambulatorial	8,3	4,7	3,6	3,7	3,6	6,4	6,4	2,7
Atenção básica	7,6	3,4	3,0	3,3	1,6	6,7	6,7	5,0
Vigilância epidemiológica	0,5	0,2	0,4	0,6	0,5	1,3	1,3	0,8
Desenvolvimento científico	0,7	0,8	0,9	0,8	0,4	1,1	1,1	0,7
Formação de recursos humanos	1,4	0,2	1,7	2,0	0,8	1,9	1,9	1,2
Desenvolvimento tecnológico e engenharia	0,3	0,2	0,3	0,4	0,1	1,3	1,3	1,2
Suporte profilático e terapêutico	5,1	5,2	3,9	2,9	1,2	3,4	3,4	2,3
Demais	3,4	3,4	2,9	3,0	1,4	3,4	3,4	2,0
Educação	27,3	22,4	21,0	19,8	19,5	28,5	28,5	9,0
Administração geral	0,8	0,7	0,7	0,6	0,8	0,8	0,8	-0,1
Assistência hospitalar e ambulatorial	0,8	0,7	1,1	1,0	0,9	1,1	1,1	0,2
Educação básica	5,6	4,7	4,6	3,2	4,1	8,0	8,0	3,9
Ensino profissional	3,5	2,8	2,5	2,8	2,4	3,3	3,3	0,9
Ensino superior	13,7	11,0	9,8	10,0	9,2	12,9	12,9	3,8
Desenvolvimento científico	0,4	0,4	0,4	0,2	0,4	0,4	0,4	0,0
Demais	2,5	2,1	2,0	2,0	1,7	2,1	2,1	0,4
Defesa	24,8	14,3	12,6	12,8	11,5	12,4	12,4	0,9
Transporte	11,5	9,9	8,6	8,1	6,8	18,6	18,6	11,8
Administração geral	1,0	0,7	0,7	0,7	0,7	0,9	0,9	0,1
Transporte rodoviário	8,4	7,6	6,2	6,1	4,2	14,9	14,9	10,7
Demais	2,2	1,6	1,8	1,2	1,8	2,9	2,9	1,0
Administração	8,7	7,3	6,8	8,1	6,0	7,4	7,8	1,4
Ciência e tecnologia	4,9	3,8	3,1	5,0	5,2	5,9	5,9	0,7
Segurança pública	4,4	2,4	2,7	3,1	2,6	3,3	3,3	0,6
Assistência social	4,8	2,2	2,5	4,7	2,9	9,6	9,5	6,6
Administração geral	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1	0,4	0,4	0,3
Assistência comunitária	3,6	1,7	1,9	4,0	2,5	7,8	7,8	5,3
Demais	1,0	0,5	0,6	0,7	0,3	1,3	1,3	1,1
Demais	82,1	29,2	38,4	49,7	18,4	46,1	45,7	27,7
Outras transferências	4,9	2,0	1,6	0,8	0,1	8,9	8,9	8,8
Difusão cultural	0,3	0,1	0,2	0,2	0,2	3,6	3,6	3,4
Infraestrutura urbana	1,2	1,6	0,8	0,7	0,0	3,3	3,3	3,3
Outros encargos especiais	54,5	4,9	18,4	31,9	4,4	7,4	7,2	3,0
Promoção da produção agropecuária	1,1	1,8	1,9	1,4	1,2	4,0	4,0	2,8
Recursos hídricos	2,6	2,1	1,6	1,3	0,9	2,7	2,6	1,8
Saneamento básico urbano	1,5	1,2	0,7	0,4	0,0	1,1	1,1	1,0
Transportes coletivos urbanos	1,2	0,5	0,3	0,5	0,3	0,9	0,9	0,6
Demais	14,9	14,9	12,9	12,6	11,3	14,4	14,2	3,1
<b>Total Geral</b>	<b>2.214,7</b>	<b>2.741,2</b>	<b>2.252,3</b>	<b>2.364,2</b>	<b>2.338,5</b>	<b>2.504,2</b>	<b>2.504,8</b>	<b>165,7</b>
1 - Total de investimentos - discrecionárias sem emendas	57,9	36,8	40,2	28,0	23,0	69,5	69,7	46,6

Fonte: STN.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: <sup>1</sup>. O cálculo dos valores a preços de 2023 considera projeção de inflação média de 4,78% no ano.

<sup>2</sup>. OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados.

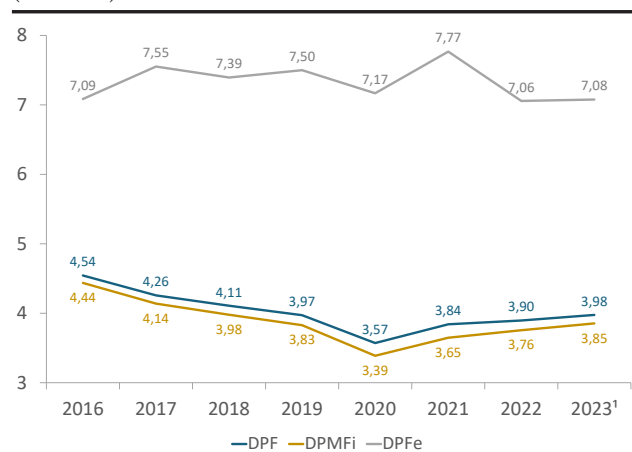
## 2 Dívida pública federal

O gráfico 4 apresenta a composição da dívida pública federal (DPF) por indexador. É possível observar, por um lado, crescimento da participação de títulos com taxa flutuante e de papéis atrelados ao índice de preços nos últimos anos, que saíram de 34,8% e 25,3% ao final de 2020 para 39,5% e 29,5% em junho de 2023, respectivamente. Por outro lado, tem-se uma redução na participação de títulos prefixados, que caíram de 34,8% em 2020 para 27% em junho de 2023. Por fim, os títulos atrelados ao câmbio também registraram queda, compondo 4% do total em junho de 2023.

Em relação ao prazo médio dos títulos vencidos da dívida pública, nota-se relativa estabilidade. O estoque da DPF tem vencimento médio de aproximadamente quatro anos, superior ao observado no final dos dois últimos anos e no mesmo patamar registrado em 2019, conforme destaca o gráfico 5. O prazo médio da dívida pública mobiliária federal interna (DPMFi) é ligeiramente inferior ao da DPF, registrando 3,85 anos, ao passo que os títulos da dívida pública federal externa (DPFe) possuem prazo médio de cerca de 7,1 anos, pouco abaixo da média dos últimos cinco exercícios (7,4 anos).

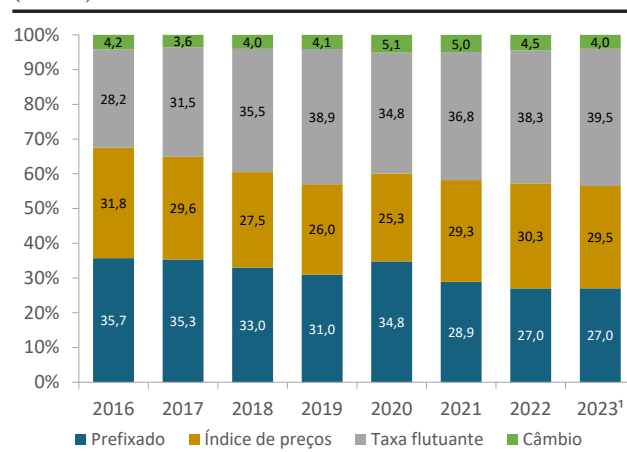
Por seu turno, o gráfico 6 apresenta o prazo médio de vencimento da dívida mobiliária decomposta por indexador. A partir dele, é possível observar leve trajetória de elevação do prazo médio dos títulos indexados ao índice de preços e taxas flutuantes desde 2020, alcançando 7,1 e 2,89 anos em 2023, respectivamente. Por seu turno, os títulos que possuem o câmbio como indexador registraram significativa redução no prazo de vencimento, chegando a 1,5 ano em 2023, queda de quase cinco anos, quando comparado a 2016. Por fim, o prazo médio dos títulos prefixados vem apresentando leve aumento quando comparado ao ano imediatamente anterior, mantendo-se, porém, estável quando confrontado com a média dos últimos cinco anos (1,8 ano).

**GRÁFICO 5**  
Prazo médio do vencimento da DPF  
(Em anos)



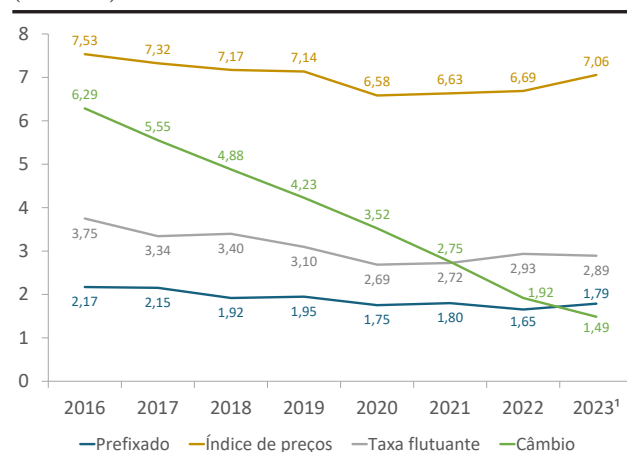
Fonte: STN.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.  
Nota: <sup>1</sup> Em junho.

**GRÁFICO 4**  
Composição da DPF por Indexador  
(Em %)



Fonte: STN.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.  
Nota: <sup>1</sup> Em junho.

**GRÁFICO 6**  
Prazo médio do vencimento da DPMFi, por indexador da dívida  
(Em anos)



Fonte: STN.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.  
Nota: <sup>1</sup> Em junho.

### 3 Resultados para o setor público consolidado

A tabela 4 apresenta os resultados para o setor público consolidado no período de 2019 a 2023, este último referente ao acumulado em doze meses terminados em junho. No caso do resultado primário, nota-se que, após apresentar melhora entre 2020 e 2022, houve deterioração no período recente, com o resultado para o setor público caindo de um superávit de 1,3% do PIB em 2022 para déficit de 0,2% do PIB no acumulado em doze meses até junho de 2023. Tal resultado é fruto tanto da queda de 1 p.p. do PIB no primário do governo federal (passando de superávit de 0,6% para déficit de 0,4% do PIB) como dos entes subnacionais (queda de 0,5 p.p. do PIB no período). Somado a isso, o gasto líquido com juros ampliou-se de 5,9% para 6,2% do PIB, impactando diretamente o resultado nominal do setor público consolidado, cujo déficit aumentou de 4,6% do PIB em 2022 para 6,4% do PIB em junho de 2023.

TABELA 4

**Setor público consolidado: resultado primário, juros líquidos e resultado nominal (2019-2023)**

(Em % do PIB)

Ano	Primário				Juros				Nominal			
	Setor público consolidado	Federal	Subnacional	Estatais	Setor público consolidado	Federal	Subnacional	Estatais	Setor público consolidado	Federal	Subnacional	Estatais
2019	-0,8	-1,2	0,2	0,2	-5,0	-4,2	-0,7	-0,1	-5,8	-5,4	-0,5	0,1
2020	-9,2	-9,8	0,5	0,0	-4,1	-3,5	-0,5	-0,1	-13,3	-13,3	0,0	0,0
2021	0,7	-0,4	1,1	0,0	-5,0	-4,6	-0,4	-0,1	-4,3	-5,0	0,7	0,0
2022	1,3	0,6	0,7	0,1	-5,9	-5,1	-0,8	0,0	-4,6	-4,5	-0,1	0,0
2023 <sup>1</sup>	-0,2	-0,4	0,2	0,0	-6,2	-5,3	-0,9	-0,1	-6,4	-5,7	-0,7	-0,1

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

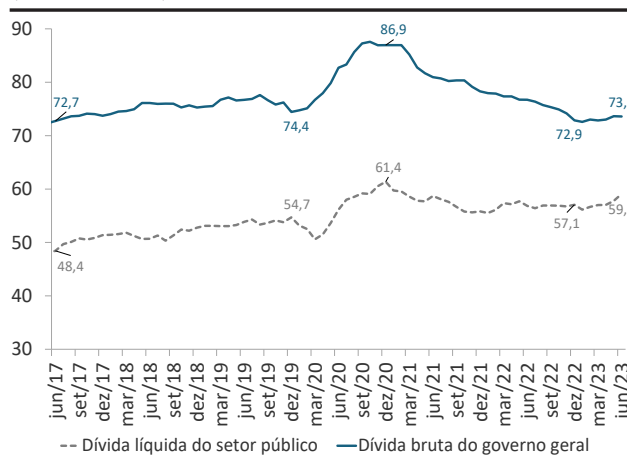
Nota: <sup>1</sup> Valores referentes ao acumulado em doze meses terminados em junho.

Obs.: <sup>1</sup>. O nível federal inclui governo federal e BCB.

<sup>2</sup>. Valores negativos indicam déficit.

O gráfico 7 apresenta a evolução da DBGG e da dívida líquida do setor público (DLSP), em percentual do PIB, entre junho de 2017 e junho de 2023. No caso da DBGG, nota-se que, após apresentar leve crescimento até dezembro de 2019, quando atingiu 74,4% do PIB, e aumentar fortemente em razão da pandemia, chegando a 86,9% do PIB em dezembro de 2020, a razão dívida/PIB caracterizou-se por tendência de queda, fechando 2022 no patamar de 72,9%. No período mais recente, contudo, a DBGG voltou a crescer como percentual do PIB, atingindo 73,6% em junho de 2023. A evolução da razão DLSP/PIB apresentou padrão similar no período: aumentou de 48,4% para 54,7% entre junho de 2017 e dezembro de 2019, e depois para 61,4% em dezembro de 2020; caiu para 57,1% em dezembro de 2022; e, no período mais recente, voltou a subir para 59,1%, em junho de 2023. Vale ressaltar que, apesar do aumento recente da razão dívida/PIB sob ambas as medidas, no caso da DBGG o valor observado em junho de 2023 ainda se encontra 3,1 p.p. abaixo do patamar registrado um ano antes (76,7% do PIB); no caso da DLSP, em contrapartida, houve aumento de 2,2 p.p. do PIB em relação ao observado em junho de 2022 (56,9%).

GRÁFICO 7  
**Trajatória da DBGG e da DLSP**  
(Em % do PIB)



Fonte: BCB.

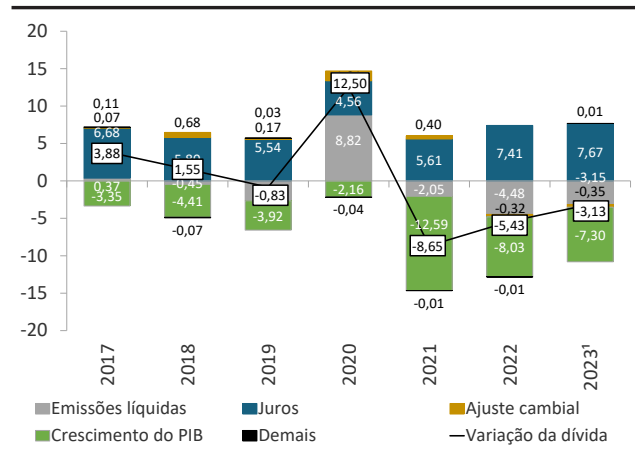
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.



Os gráficos 8 e 9 lançam luz sobre os principais fatores condicionantes da evolução da dívida pública (em porcentagem do PIB) no período de 2017 a 2023 e, em particular, no período mais recente. No caso da DBGG (gráfico 8), nota-se que, no acumulado dos doze meses terminados em junho de 2023, o efeito dos juros no sentido de elevar a relação dívida/PIB aumentou, ao passo que diminuíram as contribuições das emissões líquidas e do crescimento do PIB na redução dessa relação. O saldo líquido desses movimentos ainda resultou em redução da razão DBGG/PIB em relação a junho de 2022. Contudo, diante da deterioração do resultado primário e dos juros elevados, é razoável esperar que, ao longo do ano, esses fatores continuem atuando e a razão dívida/PIB apresente variação positiva no acumulado de doze meses.

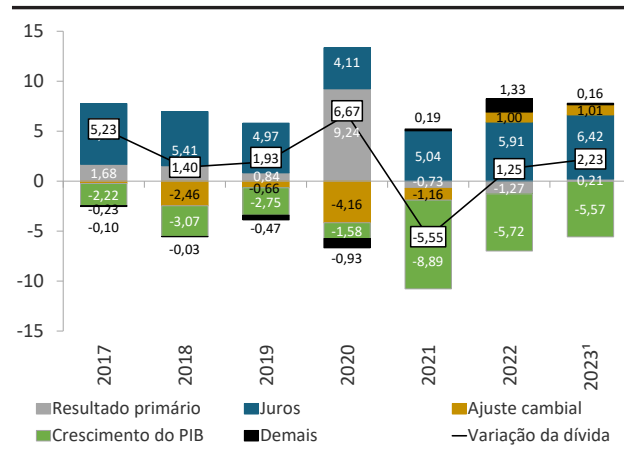
No tocante à DLSP (gráfico 9), a evolução de basicamente todos os principais fatores condicionantes contribuiu para a elevação recente da razão dívida/PIB no acumulado de doze meses, com destaque para as variações dos efeitos dos juros (de 5,9 p.p. em dezembro de 2022 para 6,4 p.p. em junho de 2023) e do resultado primário (de -1,3 p.p. para +0,2 p.p. em igual período).

**GRÁFICO 8**  
**Variação da DBGG e fatores condicionantes**  
 (Em % do PIB)



Fonte: BCB  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.  
 Nota: ¹ Variação no acumulado em doze meses até junho.

**GRÁFICO 9**  
**Variação da DLSP e fatores condicionantes**  
 (Em % do PIB)



Fonte: BCB  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.  
 Nota: ¹ Variação no acumulado em doze meses até junho.

## 4 Expectativas oficiais para o resultado primário do governo central

No contexto de queda real da arrecadação e crescimento da despesa, os dados observados de janeiro a junho de 2023 apontam para um déficit primário no final do ano – em contraste com o expressivo superávit primário observado em 2022. De acordo com o *Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias* do terceiro bimestre de 2023, divulgado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, a receita líquida de transferências por repartição de receitas deve terminar o ano em R\$ 1.909,3 bilhões e a despesa deve ficar em R\$ 2.054,6 bilhões, projetando um déficit primário de R\$ 145,4 bilhões.

Essa previsão significa um aumento do déficit previsto para o ano da ordem de R\$ 37,8 bilhões relativamente ao relatório do primeiro bimestre e R\$ 9,2 bilhões em relação à avaliação anterior. Essa ampliação decorre de revisões para baixo da arrecadação e para cima das despesas primárias, como resume a tabela 5. Pelo lado da arrecadação, a atual avaliação indica relativa estabilidade em relação à avaliação do segundo bimestre. Para as receitas administradas pela RFB, observa-se uma revisão positiva de R\$ 9,5 bilhões, com destaque para o aumento na arrecadação prevista do IR em R\$ 6,5 bilhões e da CSLL em R\$ 3,6 bilhões – ambas as revisões motivadas por receitas realizadas acima do previsto entre janeiro e junho –, e de outras receitas administradas

pela RFB em R\$ 12,1 bilhões, em função da expectativa de transferência de depósitos judiciais da Caixa Econômica Federal para a Conta Única do Tesouro Nacional. Essas revisões positivas foram parcialmente compensadas pelas quedas (sempre em comparação com a avaliação anterior) nas receitas projetadas da Cofins (R\$ 5,6 bilhões), em razão do Decreto nº 11.538/23 e de redução na estimativa de inflação, do PIS/Pasep (R\$ 2,7 bilhões), também impactado pela revisão na inflação, e do Imposto de Importação (R\$ 2,2 bilhões), devido ao Decreto nº 11.583/23 e à revisão na taxa de câmbio.

Por sua vez, a arrecadação líquida do RGPS apresentou uma revisão para baixo em R\$ 9,2 bilhões em relação à avaliação anterior, principalmente devido à redução na projeção de massa salarial, como apresenta a tabela 6. Vale lembrar que já havia ocorrido uma redução dessa projeção da ordem de R\$ 4,1 bilhões entre a primeira e a segunda avaliação, devido à realização abaixo do esperado entre janeiro e abril e à revisão dos parâmetros macroeconômicos. As receitas não administradas pela RFB também foram revisadas para baixo, em R\$ 1 bilhão, em função da queda na expectativa de dividendos em R\$ 3,1 bilhões, parcialmente compensada pelas concessões (alta de R\$ 1,6 bilhão).

Com a ampliação da previsão de arrecadação das receitas administradas pela RFB, houve revisão para cima também das transferências legais e constitucionais em R\$ 1,2 bilhão, resultando em uma projeção da receita líquida de transferências R\$ 2 bilhões abaixo do previsto na avaliação anterior.

No que se refere às despesas primárias, a projeção para o ano aumentou em R\$ 7,2 bilhões em relação à avaliação do segundo bimestre, passando de R\$ 2.047,5 bilhões para R\$ 2.054,6 bilhões. Esse acréscimo deveu-se, especialmente, à ampliação das despesas com benefícios previdenciários e com outras despesas obrigatórias, entre as quais cabe destacar os gastos com compensação aos estados e municípios pelas perdas do ICMS em função da LC nº 194. O aumento desses itens foi parcialmente compensado pela retração esperada de R\$ 1,9 bilhão nas despesas com pessoal e encargos sociais.

Cabe notar que, no caso do Executivo, as projeções de despesas primárias sujeitas ao teto de gastos excedem o limite constitucional em R\$ 3,2 bilhões, levando à necessidade de contingenciamento adicional da ordem de R\$ 1,5 bilhão, uma vez que a segunda avaliação bimestral já havia sinalizado a necessidade de contingenciamento de R\$ 1,7 bilhão.

TABELA 5  
Evolução das receitas e despesas primárias previstas para 2023  
(Em R\$ milhões)

Itens	LOA 2023	Avaliação de receitas e despesas primárias do primeiro bimestre	Avaliação de receitas e despesas primárias do segundo bimestre	Avaliação de receitas e despesas primárias do terceiro bimestre
<b>1. Receita total</b>	2.258.607	2.375.647	2.367.177	2.366.344
Receitas com impostos e contribuições, líquidas de incentivos fiscais	1.973.618	2.071.799	2.058.431	2.058.604
Arrecadação do RGPS	595.073	597.454	593.391	584.111
Receitas não administradas	285.119	303.873	308.811	307.805
Concessões	5.694	6.482	7.594	9.249
Dividendos	41.355	47.579	52.595	49.533
Exploração de recursos naturais	125.288	108.982	103.389	102.151
<b>2. Transferências legais e constitucionais</b>	452.887	459.977	455.878	457.065
<b>3. Receita líquida</b>	1.805.720	1.915.670	1.911.299	1.909.279
<b>4. Despesa total</b>	2.033.845	2.023.232	2.047.457	2.054.636
Pessoal e encargos sociais	367.810	364.974	363.992	362.094
Benefício previdenciário	864.635	858.810	864.772	867.215
Outras despesas obrigatórias	277.574	282.669	294.414	301.026
Despesas do poder executivo sujeitas à programação financeira	523.827	516.779	524.279	524.300
Obrigatórias com controle de fluxo	329.043	322.904	330.427	330.400
Discricionárias	194.784	193.875	193.851	193.900
<b>5. Resultado primário</b>	-228.125	-107.562	-136.158	-145.356

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 6

**Parâmetros macroeconômicos: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias**

Parâmetros	LOA2022	Avaliação de receitas e despesas primárias do primeiro bimestre	Avaliação de receitas e despesas primárias do segundo bimestre	Avaliação de receitas e despesas primárias do segundo bimestre
PIB real (%)	2,5	1,6	1,91	2,5
PIB Nominal (R\$ bilhões)	10628,7	10711,6	10.747,20	10.715,20
IPCA acumulado (%)	4,5	5,3	5,58	4,8
INPC acumulado (%)	4,9	5,2	5,34	4,5
IGP-DI acumulado (%)	4,6	3,9	2,06	-2,2
Taxa Over - Selic - acumulada (%)	12,5	13,5	13,24	13,1
Taxa de Câmbio média (R\$/US\$)	5,1	5,2	5,11	5,01
Preço médio do Petróleo (US\$/Barril)	93,9	83,1	77,64	78,17
Valor do Salário Mínimo (R\$)	1302,0	1032,0	1.320,00	1.320,00
Massa Salarial Nominal (%)	10,3	12,0	11,8	9,4

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor; e IGP-DI – Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna.

Para os próximos exercícios, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 (PLDO 2024) – PLN nº 4/2023-CN – projeta melhoras graduais do resultado primário do governo central. Conforme mostra a tabela 7, o resultado primário projetado seria zero em 2024 e aumentaria 0,5 p.p. do PIB nos anos seguintes, até atingir 1% do PIB em 2026. Essa melhora do resultado primário seria gerada por uma combinação de queda da razão despesa/PIB, que passaria de 18,2% em 2022 para 17,7% em 2026, e crescimento da receita primária total, que passaria de 23,3% para 23,5% do PIB no mesmo período. Cabe notar que, no momento da elaboração do PLDO, esperava-se déficit primário do governo central de cerca de 1% do PIB; à medida que as projeções fiscais para 2023 vêm se deteriorando – conforme registrado nos relatórios de avaliação bimestral do ano –, o ajuste do resultado primário projetado pelo PLDO para os próximos anos vem se tornando ainda mais desafiador, tanto do lado da receita como da despesa. Tomando por base as estimativas do terceiro relatório de avaliação bimestral, as projeções do PLDO implicam aumento da receita primária total entre 2023 e 2026 da ordem de 1,4 p.p. do PIB (de 22,1% para 23,5% do PIB), e redução da despesa primária total em torno de 1,5 p.p. do PIB (de 19,2% para 17,7% do PIB).

TABELA 7

**Receita, despesa e resultado primário do governo central: observado e projeções do governo**

(Em % do PIB)

	Observado		Projeção - 3º Aval. Bimestral	Projeções - PLDO 2024		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	%PIB	%PIB	%PIB	%PIB	%PIB	%PIB
<b>I - Receita Primária Total</b>	<b>21,7</b>	<b>23,3</b>	<b>22,1</b>	<b>23,3</b>	<b>23,4</b>	<b>23,5</b>
I.1 - Receita Administrada pela RFB Líquida de Incentivos Fiscais, exceto RGPS	13,4	14,0	13,8	15,5	15,7	15,9
I.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS	5,2	5,4	5,5	5,5	5,4	5,3
I.3 - Receitas Não Administradas pela RFB	3,1	3,9	2,9	2,3	2,2	2,3
<b>II - Transferências por Repartição de Receitas</b>	<b>4,0</b>	<b>4,6</b>	<b>4,2</b>	<b>4,6</b>	<b>4,8</b>	<b>4,8</b>
<b>III - Receita Primária Líquida (I - II)</b>	<b>17,7</b>	<b>18,7</b>	<b>17,8</b>	<b>18,7</b>	<b>18,6</b>	<b>18,7</b>
<b>IV - Despesa Primária Total</b>	<b>18,1</b>	<b>18,2</b>	<b>19,2</b>	<b>18,7</b>	<b>18,1</b>	<b>17,7</b>
IV.1 - Benefícios Previdenciários	8,0	8,0	8,1	8,0	7,8	7,7
IV.2 - Pessoal e Encargos Sociais	3,7	3,4	3,4	3,4	3,2	3,1
IV.3 - Outras Despesas Obrigatórias	3,4	3,0	2,8	2,7	2,6	2,7
IV.4 - Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira	3,0	3,7	4,9	4,7	4,5	4,2
IV.4.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo	1,6	2,2	3,1	3,0	2,9	2,8
IV.4.2 - Discricionárias	1,4	1,5	1,8	1,7	1,7	1,5
<b>V - Resultado Primário Gov. Central (III - IV)</b>	<b>-0,4</b>	<b>0,5</b>	<b>-1,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,5</b>	<b>1,0</b>

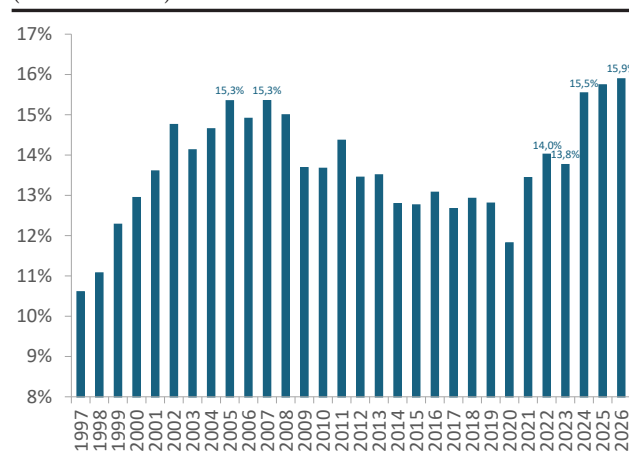
Fonte: STN, Ministério do Planejamento e Orçamento e PLDO 2024.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

No caso da receita, vale destacar que o aumento projetado pelo PLDO nos próximos anos recai exclusivamente nas receitas administradas, tendo em vista que se espera redução dos demais itens, especialmente das receitas não administradas – que sairiam de um montante arrecadado de 3,9% do PIB em 2022 para 2,3% do PIB em 2026. Dessa forma, as receitas administradas pela RFB teriam que crescer 1,9% do PIB entre 2022 e 2026 e atingir, em 2026, um patamar de 15,9% do PIB, que seria o maior nível de arrecadação desde 1997, conforme gráfico 10.

No que se refere à despesa, as projeções constantes do PLDO precisarão ser revistas à luz do Novo Arcabouço Fiscal (NAF) proposto pelo Projeto de Lei Complementar nº 93/2023, em tramitação no Congresso Nacional. O projeto define, em especial: i) metas de resultado primário, com bandas de tolerância; ii) limites ao crescimento das despesas primárias; e iii) piso e estímulo ao investimento público. De acordo com o NAF, o crescimento real das despesas primárias (exceto alguns itens) deverá situar-se no intervalo de 0,6% a 2,5% ao ano (a.a.); dentro desse intervalo, a taxa de crescimento das despesas dependerá de o resultado primário no ano anterior ter se situado: i) acima do limite inferior da banda de tolerância – quando o crescimento da despesa será igual a 70% da taxa de crescimento real da receita primária total (deduzidos alguns itens, tais como receitas de concessões, dividendos e exploração de recursos naturais); ou ii) abaixo do limite inferior da banda de tolerância – quando o crescimento da despesa será igual a 50% do crescimento da receita.

GRÁFICO 10  
Série histórica: receita administrada pela RFB  
(Em % do PIB)



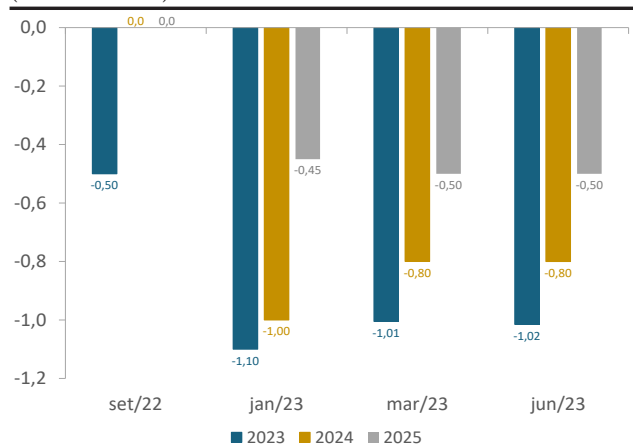
Fonte: RTN.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.  
Obs.: De 1997-2022 – realizado; 2023 – estimado na terceira avaliação bimestral; e 2024-2026 – PLDO/2024.

## 5 Expectativas de mercado – Focus e Prisma Fiscal

Os gráficos 11 e 12 apresentam a evolução das previsões medianas de mercado, desde setembro de 2022, para o resultado primário do governo central em 2023, 2024 e 2025, conforme os relatórios *Focus*, do BCB, e *Prisma Fiscal*, da Secretaria de Política Econômica (SPE). Na pesquisa do boletim *Focus*, nota-se uma primeira deterioração da expectativa de resultado primário para 2023 entre setembro de 2022 e janeiro de 2023, período que abarca as incertezas do período de eleições e a tramitação da chamada PEC da Transição, que ampliou o teto constitucional para a realização de despesas primárias e definiu novas categorias de despesas não sujeitas ao referido teto. Nesse período, notam-se mudanças significativas também nas expectativas de primário para 2024 e 2025, que saíram de 0% do PIB para déficits de 1% e 0,45% do PIB, respectivamente. Entre janeiro e março, as projeções do resultado primário melhoraram para 2023 e 2024 e pioraram para 2025, mantendo-se praticamente estáveis a partir de então. No final de junho, o boletim *Focus* apresentava expectativa de déficit primário de 1% do PIB em 2023, 0,8% do PIB em 2024 e 0,5% do PIB em 2025.

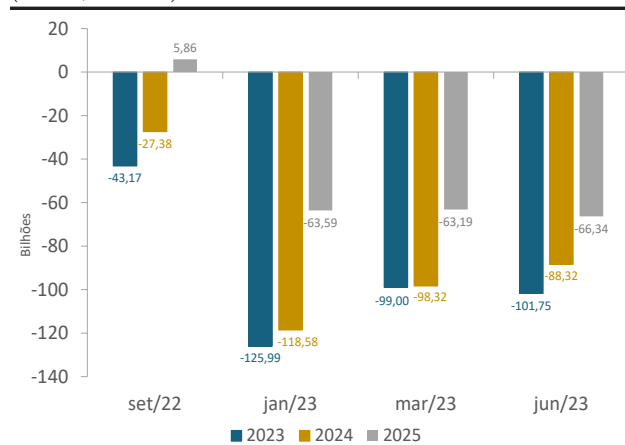
As projeções do relatório *Prisma Fiscal* para o resultado primário no triênio 2023-2025 evoluíram de forma semelhante, apresentando significativa piora entre setembro de 2022 e janeiro de 2023, alguma melhora entre janeiro e março, e relativa estabilidade desde então. No relatório de junho, esperava-se um déficit primário da ordem de R\$ 102 bilhões para 2023, com uma gradual melhora em 2024 (R\$ 88 bilhões de déficit) e 2025 (R\$ 66 bilhões de déficit).

**GRÁFICO 11**  
**Expectativa mediana de mercado para o resultado primário do governo central: *Focus***  
 (Em % do PIB)



Fonte: *Focus*.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.  
 Obs.: A informação de cada mês se refere ao último dia útil.

**GRÁFICO 12**  
**Expectativa mediana de mercado para o resultado primário do governo central: *Prisma Fiscal***  
 (Em R\$ bilhões)



Fonte: *Prisma Fiscal*.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.  
 Obs.: O relatório de cada mês costuma ser divulgado na segunda semana, com base em informações até os primeiros dias do mês.

Ainda com dados do *Prisma Fiscal*, é possível acompanhar as expectativas de mercado para as despesas do governo central e para a arrecadação das receitas federais (tabelas 8 e 9). Pelo lado das despesas, observa-se, entre os relatórios de setembro de 2022 e janeiro de 2023, aumento de aproximadamente R\$ 100 bilhões do valor projetado para 2023, refletindo a aprovação da PEC da Transição e a consequente revisão do limite constitucional para as despesas do governo federal no ano. Entre janeiro e junho, as despesas esperadas para 2023 se mantiveram relativamente estáveis, passando de R\$ 2.016 bilhões para R\$ 2.023 bilhões no relatório mais recente. No que tange às despesas esperadas para os anos seguintes, nota-se, entre os relatórios de janeiro e junho, alta de R\$ 70 bilhões para 2024 e R\$ 100 bilhões para 2025 – o que, possivelmente, reflete a tramitação no Congresso da proposta do NAF, que permite maior crescimento das despesas relativamente à regra do teto vigente.

Pelo lado da arrecadação das receitas federais, observa-se, entre janeiro e junho de 2023, revisão para cima das expectativas de mercado para todos os anos considerados. Esse aumento pode estar ligado às revisões das expectativas de crescimento do PIB, que aumentaram no período recente, bem como ao resultado esperado das medidas anunciadas pelo governo federal em janeiro para aumento de arrecadação.

**TABELA 8**  
**Expectativa de mercado para a despesa do governo central: *Prisma Fiscal***  
 (Em R\$ bilhões)

Mês de realização das previsões	Expectativa (R\$ bilhões)		
	2023	2024	2025
Setembro/22	1.910,5	2.003,5	2.079,8
Janeiro/23	2.016,8	2.115,4	2.199,6
Março/23	2.019,1	2.140,2	2.252,0
Junho/23	2.023,1	2.170,0	2.302,1

Fonte: *Prisma Fiscal*.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**TABELA 9**  
**Expectativa de mercado para a arrecadação das receitas federais: *Prisma Fiscal***  
 (Em R\$ bilhões)

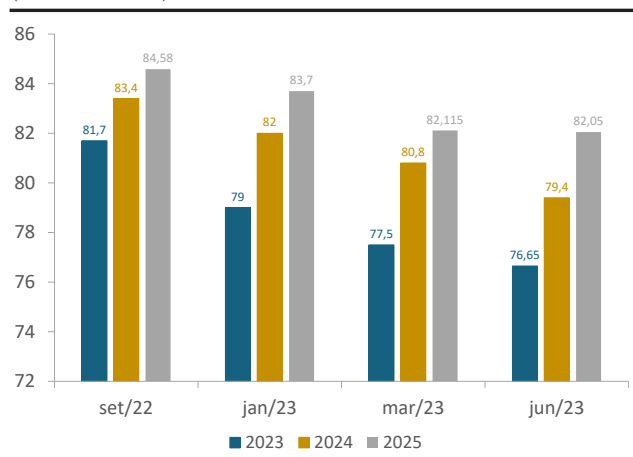
Mês de realização das previsões	Expectativa (R\$ bilhões)		
	2023	2024	2025
Setembro/22	2.297,9	2.444,1	2.584,0
Janeiro/23	2.310,0	2.438,2	2.588,8
Março/23	2.341,6	2.472,4	2.639,3
Junho/23	2.355,1	2.519,8	2.680,8

Fonte: *Prisma Fiscal*.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Os gráficos 13 e 14 apresentam as expectativas de mercado para a DBGG, em porcentagem do PIB, no período de 2023 a 2025, constantes do boletim *Focus* e do *Prisma Fiscal*, respectivamente. Em ambos os relatórios, observa-se que o mercado espera elevação da razão dívida/PIB nos próximos anos, mas, nos meses recentes, houve um deslocamento para baixo de toda a trajetória esperada da dívida. Esse deslocamento é explicado, em boa medida, pelo fato de que a DBGG registrada no final de 2022 revelou-se, em porcentagem do PIB, bastante inferior ao valor esperado anteriormente; a revisão da DBGG/PIB no “ponto de partida” das projeções explica, assim, boa parte da redução no valor esperado dessa razão para cada um dos anos subsequentes.

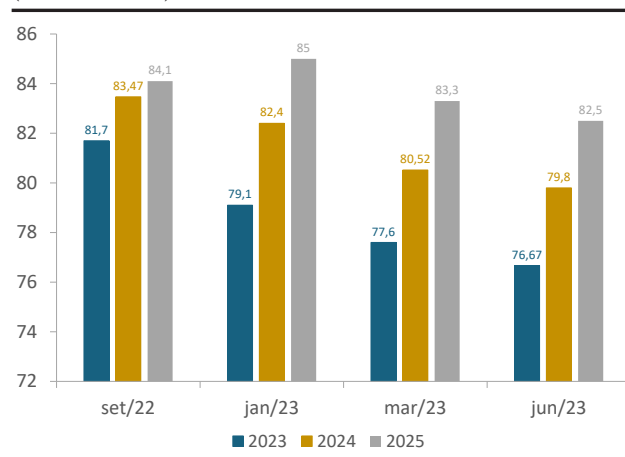
No final de junho, o boletim *Focus* projetava uma razão DBGG/PIB de 76,7% em 2023, 79,4% em 2024 e 82,1% em 2025. O *Prisma Fiscal* de junho apontava para expectativas muito semelhantes: 76,7% em 2023, 79,8% em 2024 e 82,5% em 2025.

**GRÁFICO 13**  
**Expectativa de mercado para a DBGG: *Focus***  
(Em % do PIB)



Fonte: *Focus*.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.  
Obs.: A informação de cada mês se refere ao último dia útil.

**GRÁFICO 13**  
**Expectativa de mercado para a DBGG: *Prisma Fiscal***  
(Em % do PIB)



Fonte: *Prisma Fiscal*.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

**Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

Julia de Medeiros Braga (Editora)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

Sergio Fonseca Ferreira

**Pesquisadores Visitantes:**

Ana Cecília Kreter

Andreza Aparecida Palma

Antônio Carlos Simões Florido

Cristiano da Costa Silva

Sidney Martins Caetano

**Equipe de Assistentes:**

Alexandre Magno de Almeida Leão

Antonio Henrique Carlota de Carvalho

Caio Rodrigues Gomes Leite

Camilla Santos de Oliveira

Diego Ferreira

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

**Design/Diagramação:**

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.